



ATA Nº 3.190

1 No dia nove de setembro de dois mil e vinte e seis, às 8 horas, o Conselho Estadual de Educação
2 reuniu-se em Sessão Plenária utilizando a plataforma Teams, sob a **Presidência da Conselheira**
3 **Fátima Anise Rodrigues Ehlert, com a presença dos(as) Conselheiros(as) 1ª Vice-Presidente**
4 **Rose Mary Freitas da Silva, 2ª Vice-Presidente Marcia Adriana de Carvalho, Bruno Ferreira,**
5 **Carla Tatiana Labres dos Anjos, Carlos Roberto Milioli, Cláudia Feijó da Silva Fraga, Eloisa**
6 **Maria Womer, Fabiane Cristina Martins de Oliveira, Fabrício Soares, Fernando Hepp Pulgati,**
7 **Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher, Iara Sílvia Lucas Wortmann, Jurema Elisabete**
8 **Pinheiro Silveira, Letícia Grigoletto dos Santos, Luís Felipe Loro, Márcia Sartor Coiro, Margot**
9 **Johanna Capela Andras, Maristela Ferrari Ruy Guasselli, Nélson Soares de Almeida Júnior,**
10 **Néri Teresinha Flor de Barcelos, Nirlene Aparecida Silveira, Sandra Balbé de Freitas, Solange**
11 **da Silva Carvalho e Vitor Powaczruk.** Após verificada a existência de quórum, a Presidente Fátima
12 Ehlert declarou aberta a Sessão Plenária de nove de setembro de 2026, na forma remota e on-line,
13 com transmissão em tempo real, pelo canal do CEEed, no YouTube, de acordo com o Art. 16, § 1º do
14 Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação saudando as Conselheiras Rose Mary Freitas
15 da Silva, 1ª Vice-Presidente, Conselheira Marcia Adriana de Carvalho, 2ª Vice-Presidente, demais
16 Conselheiras/os, Assessoras/es e Servidoras/es do Conselho, bem como os(as) que acompanhavam,
17 em tempo real, pelo canal do CEEed, no YouTube ou que assistiriam posteriormente. A **Presidente**
18 **Fátima Ehlert** informou que **JUSTIFICARAM** ausência na Sessão Plenária de hoje, nos termos do
19 Decreto nº 57.481, de 27 de fevereiro de 2024, Art. 9º, a Conselheira **Karla Fernanda Wunder da**
20 **Silva** e o Conselheiro **Sérgio Roberto Kieling Franco.** Na sequência e de acordo com o Art. 17,
21 **incisos I, II e III do Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação foi apresentada a**
22 **apreciação da Ordem do Dia.** Análise e votação da Pauta da Plenária, Análise e votação da Ata nº
23 3.189, Análise das Deliberações, Comunicação da Presidência, Comunicação dos(as)
24 Conselheiros(as). A seguir, a **Presidente Fátima Ehlert** consultou o Pleno quanto a possíveis
25 manifestações referentes à pauta da Plenária, para a qual não houve óbice. Na sequência, em
26 cumprimento ao Artigo 70, § 2º, do Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação, consultou
27 os(as) Coordenadores e Coordenadoras das Comissões se havia alguma solicitação para realização de
28 visitas de fiscalização, acompanhamento ou representação, para apreciação na Plenária. Não havendo
29 nenhuma solicitação de visita, deu continuidade, registrando o exame da Ata nº 3.189. A Ata foi
30 aprovada por unanimidade. **Ao prosseguir com a Sessão Plenária deu-se início à análise dos Atos.**
31 **Deliberação nº 696/2026,** Processo SE nº 18/1900-0081937-9, da Comissão de Ensino Médio e
32 Educação Superior e da Comissão de Educação Profissional, que “Considera cumprida, pela Escola
33 Técnica Estadual Portão, em Portão, a providência disposta no item 8 da Deliberação CEEed nº
34 132/2025, referente à oferta dos Cursos: Técnico em Eletrotécnica – eixo tecnológico Controle e
35 Processos Industriais, Técnico em Informática – eixo tecnológico Informação e Comunicação e
36 Técnico em Contabilidade – eixo tecnológico Gestão e Negócios, desenvolvidos de forma integrada
37 ao Ensino Médio, e dos Cursos: Técnico em Eletrotécnica – eixo tecnológico Controle e Processos
38 Industriais, Técnico em Informática – eixo tecnológico Informação e Comunicação e Técnico em
39 Contabilidade – eixo tecnológico Gestão e Negócios, desenvolvidos presencialmente, de forma
40 subsequente. Toma conhecimento dos procedimentos adotados pela Escola Técnica Estadual Portão,
41 para o cumprimento do item 7 da Deliberação CEEed nº 132/2025. Determina providência”, relatada
42 pelo Conselheiro Luís Felipe Loro. Não havendo manifestações, aprovada a Deliberação.
43 **Deliberação nº 697/2026,** Processo SE nº 25/1900-0057861-2, da Comissão de Ensino Médio e
44 Educação Superior e Comissão de Educação Profissional, que “Aprova o Projeto Pedagógico do
45 Curso e autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Agropecuária – eixo tecnológico Recursos
46 Naturais, na Escola Técnica Estadual Dr. Rubens da Rosa Guedes, em Caçapava do Sul, desenvolvido

1 presencialmente, de forma integrada ao Ensino Médio, por readequação do Curso Técnico em
2 Agropecuária, desenvolvido presencialmente, de forma integrada ao Ensino Médio, autorizado pela
3 Deliberação CEEed nº 646/2019. Aprova o Regimento Escolar para a Educação Profissional integrada
4 ao Ensino Médio. Considera cumpridas as providências determinadas na Deliberação CEEed nº
5 530/2025”, relatada pelas Conselheiras Letícia Grigoletto dos Santos e Márcia Sartor Coiro. Não
6 havendo manifestações, aprovada a Deliberação. **Deliberação nº 698/2026**, Processo SE nº 26/1900-
7 0004551-2, da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior, que “Recredencia, por 3 anos, a
8 Escola Técnica Albert Einstein – SEG, em Santa Maria, para a oferta do Ensino Médio, na modalidade
9 de Educação de Jovens e Adultos, na forma de Educação a Distância, para estudantes maiores de 18
10 anos”, relatada pelo Conselheiro Luís Felipe Loro. Não havendo manifestações, aprovada a
11 Deliberação. **Deliberação nº 699/2026**, Processo SE nº 26/1900-0006484-3, da Comissão de
12 Legislação e Normas, que “Declara equivalentes ao Ensino Médio brasileiro os estudos realizados
13 por María Fernanda Castro Núñez, na República Oriental do Uruguai”, relatada pela Conselheira
14 Cláudia Feijó da Silva Fraga. Não havendo manifestações, aprovada a Deliberação. **Deliberação nº**
15 **700/2026**, Processo SE nº 26/1900-0006528-9, da Comissão de Legislação e Normas, que “Declara
16 equivalentes ao Ensino Médio brasileiro os estudos realizados por Rismairi Del Valle Camacho
17 Freites, na República Bolivariana da Venezuela”, relatada pelo Conselheiro Carlos Roberto Milioli.
18 Não havendo manifestações, aprovada a Deliberação. **Deliberação nº 701/2026**, Processo SE nº
19 25/1900-0026949-0, da Comissão de Legislação e Normas, que “Torna sem efeito a Deliberação
20 CEEed nº 556/2025, que declarou equivalentes ao Ensino Médio brasileiro os estudos realizados por
21 Adrian David Maza Salazar, na República Bolivariana da Venezuela, em razão de constar,
22 equivocadamente, na referida Deliberação, a informação de que o requerente realizou seus estudos
23 no período letivo de 2024-2018”, relatada pelo Conselheiro Sérgio Roberto Kieling Franco; na sua
24 ausência, foi relatada pelo Coordenador da Comissão, o Conselheiro Luís Felipe Loro. Não havendo
25 manifestações, aprovada a Deliberação. **Deliberação nº 702/2026**, Processo SE nº 25/1900-0026949-
26 0, da Comissão de Legislação e Normas, que “Declara equivalentes ao Ensino Médio brasileiro os
27 estudos realizados por Adrian David Maza Salazar, na República Bolivariana da Venezuela”, relatada
28 pelo Conselheiro Sérgio Roberto Kieling Franco; na sua ausência, foi relatada pelo Coordenador da
29 Comissão, o Conselheiro Luís Felipe Loro. Não havendo manifestações, aprovada a Deliberação.
30 **Deliberação nº 703/2026**, Processo CEEed nº 26/2700-0000203-3, da Comissão de Legislação e
31 Normas, que “Declara equivalentes ao Ensino Médio brasileiro os estudos realizados por Abdul
32 Rehman, na República Bolivariana da Venezuela”, relatada pelo Conselheiro Luís Felipe Loro. Não
33 havendo manifestações, aprovada a Deliberação. **Resolução nº 396/2026**, Processo CEEed nº
34 26/2700-9000043-4, que “Institui as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Ambiental
35 frente a Emergências Climáticas e a Educação para Redução de Riscos e Desastres no Sistema
36 Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, atualizando e complementando as disposições da
37 Resolução CEEed/RS nº 363, de 10 de novembro de 2021”, relatada pelas Conselheiras Fabiane
38 Cristina Martins de Oliveira, Letícia Grigoletto dos Santos e Marcia Adriana de Carvalho. **Destaque**
39 **da Conselheira Fabiane Cristina Martins de Oliveira:** destacou que aquele era um dia
40 especialmente significativo e que aquecia os corações, sobretudo diante de tudo o que o Estado do
41 Rio Grande do Sul vivenciou em 2024 e dos impactos provocados na educação. Ressaltou que todo
42 o Estado foi profundamente afetado pelos eventos climáticos extremos e que, diante dessa realidade,
43 surgiu a necessidade de repensar a estrutura e construir uma resposta para o sistema educacional.
44 Registrou que, em 5 de setembro de 2025, foi instituída a Comissão Temporária de Educação
45 Ambiental, composta pela própria Conselheira, pelas Conselheiras Letícia Grigoletto, Márcia Coiro
46 e Marcia Adriana de Carvalho, e pelo Conselheiro Antônio Saldanha. Desde sua criação, a Comissão
47 desenvolveu um intenso trabalho de estudos e discussões, dedicando-se à análise da legislação
48 pertinente e ao aprofundamento da temática da educação ambiental, especialmente diante dos
49 desafios impostos pelas emergências climáticas. Explicou que a proposta construída pela Comissão
50 tem como finalidade instituir uma concepção de Educação Ambiental voltada às emergências
51 climáticas e à educação para a redução de riscos e desastres. O trabalho buscou estruturar uma
52 resposta do Conselho Estadual de Educação diante da realidade vivenciada no Estado, promovendo

1 a compreensão da educação ambiental climática e sua inserção efetiva no sistema educacional. A
2 proposta foi organizada a partir de quatro pilares fundamentais: a Educação Ambiental crítica,
3 socioambiental e interdisciplinar, articulada à educação para a redução de riscos e desastres; a justiça
4 climática e o combate ao racismo ambiental; e a educação socioemocional e o cuidado com a saúde
5 mental. Esses eixos foram considerados essenciais para fortalecer uma abordagem educacional capaz
6 de preparar estudantes e comunidades escolares para os desafios decorrentes dos eventos climáticos
7 extremos. Explicou que é necessário desenvolver conhecimentos relacionados tanto à gestão de riscos
8 quanto à gestão de desastres. A gestão de riscos está diretamente relacionada às ações de prevenção
9 e preparação para situações que possam ocorrer, enquanto a gestão de desastres envolve as ações
10 necessárias durante a ocorrência do evento e no período posterior, incluindo a reconstrução e a
11 retomada das atividades. Nesse processo, destacou também a importância da justiça climática e do
12 combate ao racismo ambiental, considerando que as populações em situação de maior vulnerabilidade
13 são, de maneira geral, as mais atingidas pelos eventos extremos. Ressaltou a importância da educação
14 socioemocional e do cuidado com a saúde mental, especialmente diante dos impactos provocados no
15 período pós-desastre, realidade que se tornou ainda mais evidente a partir das experiências
16 vivenciadas pelo Estado em 2024. Destacou que a construção do documento foi resultado de um
17 amplo processo coletivo. Ao longo de aproximadamente um ano de trabalho, a Comissão realizou
18 estudos, debates e oitivas, buscando ouvir diferentes setores e perspectivas sobre a temática.
19 Considerou que esse processo de escuta multissetorial foi fundamental para qualificar a proposta e
20 assegurar que o documento pudesse contemplar diferentes dimensões relacionadas às emergências
21 climáticas e à educação. Registrou, ainda, a importância da parceria estabelecida com a Defesa Civil,
22 que contribuiu de maneira significativa para o desenvolvimento das discussões, especialmente no que
23 se refere à educação para a redução de riscos e desastres. Também foi incorporada à construção da
24 proposta a experiência do Plancon Escolar, já desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação,
25 fortalecendo a perspectiva de prevenção e preparação das comunidades escolares. Outro momento
26 considerado inovador e de grande relevância foi a realização da primeira Consulta Pública realizada
27 pelo CEEd/RS, promovida no âmbito desse processo. A iniciativa representou uma oportunidade de
28 fortalecer a gestão democrática e ampliar a participação dos diferentes segmentos interessados na
29 temática, permitindo que contribuições fossem apresentadas e incorporadas à construção do
30 documento. Ressaltou que, após um ano de estudos, debates, escutas e construção coletiva, a
31 Comissão chegava a um momento importante de consolidação da proposta. Salientou que cada artigo
32 do documento foi cuidadosamente analisado e discutido pelos integrantes da Comissão, em um
33 processo que exigiu dedicação, aprofundamento e compromisso de todos(as) os(as) envolvidos(as).
34 Enfatizou que o documento não é resultado do trabalho de uma única pessoa ou de um pequeno grupo,
35 mas de uma construção realizada por muitas mãos. Destacou o papel do Conselho Estadual de
36 Educação como instituição responsável por evidenciar seu compromisso com uma temática de grande
37 relevância para o presente e para o futuro da educação no Estado. Também ressaltou que, ao longo
38 do período de trabalho da Comissão, os(as) integrantes participaram de diferentes encontros e
39 eventos, levando a esses espaços a discussão sobre a resposta do Conselho Estadual de Educação
40 diante dos impactos das emergências climáticas e da necessidade de estruturação do sistema
41 educacional. A partir desse movimento, afirmou que se estabelece, para o Conselho, um novo
42 compromisso: continuar oferecendo subsídios e promovendo o necessário letramento sobre a
43 temática, contribuindo para que o sistema educacional esteja cada vez mais preparado para enfrentar
44 os eventos extremos. Registrou, em nome da Comissão Temporária de Educação Ambiental, seu
45 agradecimento a todos(as) os(as) Conselheiros e Conselheiras que participaram desse processo, bem
46 como à Assessoria, destacando a contribuição das Assessoras Lizélia, Kate e do Assessor Dhiego,
47 que acompanharam e apoiaram o trabalho desenvolvido ao longo da trajetória. Estendeu os
48 agradecimentos a todo Colegiado, reconhecendo a importância do apoio institucional para que fosse
49 possível chegar àquele momento de consolidação da proposta. Reforçou que a temática precisa ser
50 compreendida de maneira ampla, uma vez que os eventos extremos não se restringem às inundações.
51 Incluem também situações como temperaturas elevadas, granizo, tufões e outros fenômenos severos
52 capazes de provocar alterações e impactos sobre o clima e sobre as comunidades. Destacou que é

1 necessário trabalhar permanentemente com prevenção, preparação e suporte, considerando que a
2 questão já não deve ser tratada apenas sob a perspectiva de “se” determinado evento irá ocorrer, mas
3 de “quando” ele ocorrerá. Essa mudança de perspectiva exige que o sistema educacional esteja
4 preparado para atuar antes, durante e depois dos eventos, fortalecendo sua capacidade de prevenção,
5 resposta e recuperação. Ressaltou que a leitura de todo o trabalho desenvolvido permite reconhecer a
6 importância da caminhada realizada pela Comissão. Manifestou seu sentimento de satisfação e
7 gratidão diante de uma construção que evidencia o compromisso do Conselho com a educação
8 ambiental, com a proteção das comunidades escolares e com a construção de uma sociedade mais
9 preparada para enfrentar as emergências climáticas. Destacou que essa construção também reafirma
10 a concepção de um “CEED em movimento”, expressão que representa uma gestão voltada à inovação
11 e à construção de novas ações. Observou que inovar significa justamente desenvolver novas formas
12 de ação, agregando valor às práticas já existentes, e que esse princípio esteve presente em todo o
13 processo de elaboração do documento. Ao encerrar, agradeceu novamente a cada Conselheiro,
14 Conselheira, Assessor(a) e Colaborador(a) que participou da jornada ao longo daquele ano de trabalho
15 e passou a palavra às integrantes da Comissão Temporária de Educação Ambiental, para que também
16 pudessem compartilhar a importância do trabalho realizado e apresentar os principais destaques da
17 proposta. **Destaque da Relatora Letícia Grigoletto dos Santos:** destacou a importância do trabalho
18 realizado ao longo do ano, ressaltando que todas as oitivas e leituras efetuadas proporcionaram um
19 engrandecimento pessoal e técnico aos(as) envolvidos(as). Salientou que o trabalho coletivo se
20 refletiu na entrega promovida na referida data ao sistema de ensino, a qual ainda passaria pelos
21 trâmites de homologação por parte da Secretaria da Educação. Registrou, ainda, a realização de
22 relevante consulta pública e as parcerias firmadas com os demais integrantes do regime de
23 colaboração e com a Defesa Civil. Por fim, celebrou a finalização dos trabalhos, enfatizando a
24 importância de que o documento seja de conhecimento geral e se reflita na prática cotidiana do
25 sistema de ensino frente a emergências e catástrofes, a fim de garantir a preparação adequada para as
26 intervenções necessárias nas escolas, nas mantenedoras e no próprio sistema. **Destaque da Relatora**
27 **Marcia Adriana de Carvalho:** ressaltou que a referida Resolução decorre de uma realidade
28 vivenciada concretamente pelo Estado do Rio Grande do Sul. Salientou que os eventos climáticos
29 extremos ocorridos a partir de 2023, com grande impacto em 2024, afetaram mais de 1.000 escolas e
30 cerca de 400 mil estudantes, evidenciando que as emergências climáticas perpassam diretamente a
31 área educacional. Destacou que a normativa avança em relação à concepção tradicional de Educação
32 Ambiental baseada apenas na sensibilização, ampliando o conceito para Educação Ambiental
33 Climática com fundamento nos quatro pilares já expostos. Apontou como mérito central da proposta
34 a transformação das etapas de prevenção, preparação, resposta e recuperação em dimensões
35 efetivamente educativas, permitindo a modificação dos currículos de forma transversal e
36 interdisciplinar. Registrou, ainda, que o texto fortalece a articulação entre o Projeto Político-
37 Pedagógico e o Plano de Contingência Escolar, estimulando o conhecimento da realidade local, a
38 participação comunitária e a integração com instâncias da Defesa Civil para a consolidação de escolas
39 resilientes. Para tanto, sublinhou a necessidade de formação continuada dos(as) professores(as),
40 infraestrutura segura mediante estudos locais, gestão de riscos e alinhamento interinstitucional.
41 Afirmou que a norma estabelece uma nova perspectiva para o sistema de ensino, preparando a escola
42 para compreender riscos, prevenir, proteger, acolher, responder e reconstruir com foco na preservação
43 das vidas. Concluiu expressando agradecimento pelo aprendizado ao longo do ano de atuação da
44 Comissão Temporária de atualização e complementação da norma vigente e celebrando a entrega de
45 uma normativa colaborativa e de relevante contribuição para o Sistema Estadual de Ensino do Rio
46 Grande do Sul. **Comentário da Conselheira Márcia Sartor Coiro:** expressou satisfação pela
47 conclusão dos trabalhos, assinalando a celeridade do transcurso de um ano de atividades da Comissão
48 Temporária. Somou-se às manifestações anteriores quanto aos aprendizados adquiridos a partir das
49 contribuições recebidas ao longo do processo. Ademais, reforçou a importância da realização da
50 Consulta Pública como um exercício relevante para o Colegiado, ressaltando a salutar participação e
51 o retorno das instituições que integram o regime de colaboração para o fortalecimento do sistema de
52 ensino. Concluiu parabenizando o grupo pelo trabalho efetuado e manifestando a expectativa de que

1 o sistema de ensino usufrua adequadamente das orientações estabelecidas. **Comentário da**
2 **Conselheira Rose Mary Freitas da Silva:** referendou os pronunciamentos que a antecederam,
3 parabenizando a Comissão na pessoa de sua Coordenadora, Conselheira Fabiane, bem como todos(as)
4 os(as) demais colaboradores(as). Enfatizou que a iniciativa demonstra a responsabilidade do
5 Conselho Estadual de Educação no cumprimento de sua missão institucional de auxiliar a rede e as
6 mantenedoras diante de situações emergenciais. Observou que os eventos climáticos transcendem o
7 âmbito escolar, motivo pelo qual a atuação do Conselho representa também um alerta ao Poder
8 Público nas esferas municipal, estadual e federal, bem como à iniciativa privada, aos Poderes
9 Constituídos, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público. Salientou que as emergências climáticas e
10 o aquecimento global relacionam-se ao modo de vida da sociedade, tornando imprescindível o
11 combate ao negacionismo ambiental. Por fim, reiterou a responsabilidade do Conselho no alerta à
12 sociedade global e parabenizou novamente a equipe responsável pela construção da normativa.

13 **Comentário da Conselheira Nirlene Aparecida Silveira:** parabenizou a Comissão Temporária,
14 registrando que a leitura do documento evidencia a fluidez da normativa. Ressaltou que a proposição
15 será de grande valia para o cotidiano das escolas, em especial no interior do Estado, devendo estar
16 presente de forma intensa em todos os níveis de escolarização. Estendeu as congratulações à
17 Presidência, à Assessoria e aos(às) Conselheiros(as) pela atividade promovida na Expointer focada
18 na temática ambiental. Enfatizou a relevância dos depoimentos prestados pelas comunidades
19 escolares sobre a vivência direta e as ações adotadas diante dos eventos climáticos, destacando o valor
20 educativo, empático e orientador das experiências compartilhadas. **Comentário da Conselheira**
21 **Solange da Silva Carvalho:** iniciou sua manifestação registrando sua emoção com a atividade
22 realizada na Expointer. Relatou o impacto de observar as consequências das tragédias climáticas
23 sobre as instituições de ensino e expressou admiração pela resiliência demonstrada pelas
24 comunidades escolares de Encantado, Guaíba e da Escola Evangélica de Lajeado, as quais optaram
25 pela reconstrução. Destacou o relato de um docente que atuou no auxílio coletivo mesmo diante da
26 própria dor. Enalteceu, igualmente, as apresentações culturais desenvolvidas pelos(as) estudantes e a
27 palestra proferida pela Professora Daniela Pavani, manifestando o interesse em aprofundar os estudos
28 sobre a matéria. Sublinhou a articulação entre o evento e a minuta normativa de Educação Ambiental,
29 apontando a necessidade de envolvimento da comunidade, dos governos e da sociedade na prevenção
30 e gestão de riscos. Concluiu afirmando que o Conselho cumpriu seu papel e defendeu a ampliação da
31 formação continuada aos(às) educadores para a efetiva implementação da norma nas escolas.

32 **Comentário da Conselheira Sandra Balbé de Freitas:** cumprimentou os membros da Comissão e
33 a Assessoria pelo trabalho desenvolvido ao longo de um ano. Ressaltou que as emergências climáticas
34 constituem uma pauta do presente e defendeu a celeridade na homologação da normativa, a fim de
35 garantir a atuação fiscalizadora do Conselho. Alertou que ainda existem instituições de ensino não
36 acolhidas ou não reconstruídas no Estado, citando a situação de escolas indígenas cujos estudantes
37 permanecem em estruturas provisórias. Finalizou conclamando o Colegiado ao cumprimento da
38 obrigação de fiscalizar. **Comentário da Conselheira Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher:**
39 saudou a entrega da normativa ao Sistema Estadual de Ensino, classificando-a como um instrumento
40 bem elaborado e alinhado às demandas da sociedade gaúcha frente à realidade ambiental. Destacou
41 a sintonia da Presidência e da equipe técnica ao escutar os relatos de vivências dos(as) integrantes do
42 Conselho, os quais fundamentaram o trabalho da Comissão. Afirmou que o texto servirá de suporte
43 para que as instituições elaborem seus planos de contingência e estratégias de enfrentamento aos
44 impactos climáticos. **Comentário da Conselheira Maristela Ferrari Ruy Guasselli:** parabenizou a
45 liderança da Conselheira Fabiane, a atuação dos demais componentes da Comissão e o suporte da
46 Assessoria Técnica e da Presidência. Salientou a relevância da escuta pública realizada por meio de
47 pesquisa e das reuniões conjuntas que permitiram a participação de todo o Colegiado. Quanto ao
48 painel promovido na Expointer, elogiou a presença das três redes de ensino e destacou a apresentação
49 da Secretária de Educação de Encantado no que tange ao detalhamento das etapas de prevenção,
50 atendimento durante a emergência e ações posteriores. Elogiou, ainda, a palestra da Professora
51 Daniela Pavani e celebrou a entrega da Resolução como resultado de um esforço coletivo de
52 excelência. **Comentário da Conselheira Iara Sílvia Lucas Wortmann:** destacou a relevância da

1 alteração promovida em 2024 na legislação referente à composição do Plenário do Conselho Estadual
2 de Educação. Salientou o acerto do Governo do Estado ao indicar representantes com atuações e
3 saberes diversos, mencionando expressamente a contribuição de Conselheiros(as) que agregaram
4 conhecimentos específicos às discussões do Colegiado, a exemplo do Conselheiro Bruno, da
5 Conselheira Karla Wunder, da Conselheira Fabiane, da Conselheira Gládis e do Conselheiro Luís
6 Loro. Ressaltou que a ampliação da pluralidade fortaleceu a atuação institucional do Conselho,
7 permitindo a qualificação das normativas emanadas e uma entrega mais efetiva ao Sistema Estadual
8 de Ensino e às comunidades escolares. Por fim, dirigiu-se à Presidente do CEEed/RS, Conselheira
9 Fátima Ehlert, parabenizando-a pela condução acolhedora, integradora e equilibrada durante o
10 processo de transição e reestruturação do Plenário, declarando que a considerava a "pessoa certa no
11 lugar certo" para a condução do Colegiado e, reafirmando o agradecimento a todos os(as) novos(as)
12 Conselheiros(as) pelas contribuições prestadas ao Conselho. **Presidente Fátima Ehlert:** declarou
13 que, não havendo mais manifestações, **foi aprovada por unanimidade**, a Resolução nº 396/2026,
14 que “Institui as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Ambiental frente a Emergências
15 Climáticas e a Educação para Redução de Riscos e Desastres no Sistema Estadual de Ensino do Rio
16 Grande do Sul, atualizando e complementando as disposições da Resolução CEEed/RS nº 363, de 10
17 de novembro de 2021”; informou que essa Resolução seguirá para a SEDUC para homologação
18 conforme o previsto na Lei do Conselho. Ressaltou que também encontram-se na SEDUC,
19 aguardando homologação, a Resolução 395/2026, que Institui as diretrizes operacionais e o
20 monitoramento da Educação em Direitos Humanos nas instituições integrantes do Sistema Estadual
21 de Ensino do Rio Grande do Sul e atualiza e complementa a Resolução do CEEed nº 336, de 2 de
22 março de 2016; e, a Resolução 393/2026, que define diretrizes curriculares e estaduais para a
23 educação profissional técnica de nível médio, incluídas as qualificações profissionais e
24 especializações profissionais técnicas. **A Senhora Presidente concluiu** a apreciação da matéria
25 relativa à Educação Ambiental frente às emergências climáticas e à educação para a redução de riscos
26 e desastres no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, informando que o Conselho
27 permanecia em constante diálogo com a Secretaria da Educação visando a agilizar o fluxo de
28 homologação da norma. Por fim, declarou encerrada a análise das deliberações pautadas para a
29 presente Sessão Plenária. **COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA: 1** – No dia 04 de setembro de
30 2026, última sexta-feira, pelo quinto ano consecutivo o CEEed/RS participou da 49ª Edição da
31 Expointer. No turno da manhã, realizou-se o painel intitulado “Educação Ambiental: Resiliência,
32 Justiça Climática e Enfrentamento” com a presença da Prof.^a Dra. Daniela Borges Pavani, Pró-Reitora
33 de Extensão da UFRGS e na sequência ocorreram os Relatos de Experiências e Boas Práticas das
34 Redes de Ensino: **Rede Municipal:** Prof.^a Stéfanie Casagrande, Secretária Municipal de Educação de
35 Encantado; **Rede Privada:** Professor Rodrigo Ulrich, Diretor Geral do Colégio Evangélico Alberto
36 Torres (CEAT), de Lajeado; **Rede Estadual:** Professora Luciléia Arruda, Diretora da Escola Estadual
37 de Ensino Médio Professora Aglae Khel, de Guaíba (12ª CRE). As atividades foram realizadas no
38 Auditório Mulher Gaúcha, junto à Casa FAMURS, no Parque de Exposições Assis Brasil. O
39 CEEed/RS agradece à FAMURS pela cedência do espaço e pela carinhosa acolhida. **Presidente**
40 **Fátima Ehlert:** o painel teve como tema Educação ambiental, resiliência, justiça climática e
41 enfrentamento, reunindo autoridades, gestores(as), professores(as), estudantes e representantes das
42 redes de ensino. A atividade integrou a programação da Expointer e reafirmou o compromisso do
43 Conselho Estadual de Educação com a promoção do diálogo e da reflexão sobre os desafios
44 contemporâneos da Educação, especialmente diante das transformações ambientais e dos eventos
45 climáticos que impactam diretamente as comunidades escolares. A abertura do encontro foi marcada
46 pela participação de estudantes de escolas públicas que trouxeram ao espaço da Expointer
47 manifestações artísticas representativas da cultura gaúcha. Os estudantes Livia Lopes Trevisan,
48 Ismael Francisco Guerin da Silva, Kamili Turchetto dos Santos e Valentina Ceribola Heck, do
49 Colégio Agrícola Visconde São Leopoldo, sob a direção da Professora Shana Correa, apresentaram
50 um repertório com vozes, gaita e violão, incluindo as canções Céu Sol Sul, Merceditas, Telefone
51 mudo, Deus e Eu no Sertão e Romaria. Na sequência, sob a Direção da Professora Anne Priscila
52 Nunes Maciel, da Escola Estadual de Ensino Médio Adão Martini, de Montenegro, a estudante e

1 intérprete Manuela Ramos, acompanhada pelos músicos André Luís Ramos no Acordeon e Leandro
2 de Souza Nunes no violão, realizou uma apresentação de música nativa Gauchesca. **A Presidente**
3 **Fátima Ehlert** agradeceu às escolas e os(as) estudantes, bem como seus familiares que os(as)
4 acompanharam nessa atividade. As apresentações culturais evidenciaram a diversidade e a potência
5 da escola pública, aproximando educação, cultura e identidade regional no ambiente da Expointer.
6 Destacou também a presença da Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul,
7 representada por sua Diretoria Geral, a Professora Iracema Castelo Branco, que tem acompanhado
8 muitas das atividades deste Conselho. Registrou a presença da Pró-Reitora de Extensão da UFRGS,
9 Professora Dra. Daniela Borges Pavani, agradecendo o pronto aceite ao convite e sua participação até
10 o encerramento do painel mediado pela Conselheira Fabiane Cristina Martins de Oliveira, a quem
11 também agradeceu a condução dos trabalhos da Comissão Temporária. Destacou a trajetória
12 acadêmica da palestrante nas áreas de astrofísica, ensino, divulgação científica, astronomia cultural e
13 gênero e ciência, ressaltando a relevância dos conhecimentos compartilhados para a compreensão e
14 o enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas na educação. Relatou a participação das três
15 redes de ensino na apresentação de boas práticas. A rede municipal foi representada pela Secretária
16 Municipal de Educação de Encantado, Stéfanie Casagrande, que detalhou as ações adotadas pós-
17 enchente com o envolvimento da comunidade, destacando a importância de registrar as memórias
18 institucionais e consolidar políticas de Estado. Diante da relevância do relato, a Presidente sugeriu,
19 em articulação com a Assessoria e com a Conselheira Gládis, a edição de um número especial da
20 revista do CEEEd, "Entre Normas e Práticas", voltado à divulgação dessa experiência. A rede privada
21 esteve representada pelo Diretor Geral do Colégio Evangélico Alberto Torres, Professor Rodrigo
22 Ulrich, acompanhado pela equipe de comunicação e por representantes do SINEPE/RS, ocasião em
23 que esteve presente o ex-Conselheiro Osvaldo Dalpiaz; o Diretor abordou a importância do
24 acolhimento a estudantes, profissionais e famílias. Representando a rede estadual, a Professora
25 Luciléia Arruda, Diretora da EEEM Professora Aglae Khel, de Guaíba, relatou a tomada de decisão
26 da escola e o apoio articulado entre as esferas municipal, estadual e federal para a reconstrução física
27 do espaço e a recomposição das aprendizagens. A Presidente ressaltou o impacto emocional e o
28 caráter reflexivo da atividade, agradecendo aos(as) Conselheiros(as) presentes pelo empenho em
29 participar do evento em dia distinto das sessões habituais. Reconheceu, ainda, a atuação da equipe de
30 gestão e dos(as) servidores(as) do Conselho, citando a Chefe de Gabinete, Maria da Graça Fiorioli;
31 a Secretária-geral, Patrícia Rodrigues Braunn; a Coordenadora da Assessoria Técnica, Vanessa Cadó;
32 o Setor Financeiro, Thaís Pagliarini; o Setor de Recursos Humanos, Vera Barbosa; e a Assessora
33 Neusa, destacando a viabilização orçamentária do deslocamento e a dimensão formativa da atividade
34 para o fortalecimento institucional do CEEEd/RS. **2 – Presidente Fátima Ehlert** destacou a continuidade
35 e o fortalecimento do projeto de estágio curricular, uma iniciativa estratégica que integra o CEEEd em
36 Movimento. Fruto de uma parceria institucional consolidada por meio de convênio firmado com o
37 Curso de Pedagogia da UFRGS desde 2023, promovendo uma ponte viva entre a gestão pública da
38 educação e a formação acadêmica. Neste semestre, este Conselho tem a alegria de dar as boas-vindas
39 aos estudantes do 5º semestre do curso de Pedagogia da UFRGS, os novos estagiários que passam a
40 integrar a nossa rotina institucional: Cássia Yurica C. Ribas, Ivan Pereira Quintana e Darshan Coelho
41 Gonçalves. Destacou que a importância deste projeto para o Conselho Estadual de Educação é
42 imensa; além de dar maior visibilidade ao trabalho do CEEEd/RS, essa interlocução com a academia
43 oxigena o Colegiado; ao mesmo tempo em que os(as) estudantes vivenciam a prática das atribuições
44 e o funcionamento do sistema de ensino, o Conselho se beneficia do compartilhamento de novas
45 experiências, abordagens técnicas e estudos emergentes trazidos diretamente da Universidade. Este
46 Conselho deseja aos novos estagiários uma excelente e enriquecedora jornada no CEEEd/RS.

47 **Participação em Evento: DATA:** 26 e 27 de agosto de 2026 – Brasília (DF). **EVENTO:** Reunião
48 Técnica Presencial – Projeto DCN, promovida pela Associação Brasileira de Enfermagem.
49 **PARTICIPANTE:** Conselheira Márcia Sartor Coiro. **Relato da Conselheira Márcia Sartor Coiro:**
50 destacou que a participação na atividade constituiu um importante espaço de crescimento e
51 aprendizagem, cujos conhecimentos e reflexões certamente irão reverberar no conjunto de debates
52 que serão realizados no âmbito do colegiado. Relatou que sua participação ocorreu em uma reunião

1 técnica organizada no contexto de uma iniciativa da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN),
2 que decidiu estruturar um plano de ação voltado à implementação das novas Diretrizes Curriculares
3 Nacionais para o Curso de Enfermagem. A iniciativa está sendo desenvolvida nas diferentes regiões
4 brasileiras, com o objetivo de acompanhar o processo de implementação das novas diretrizes e
5 identificar os desafios enfrentados pelas instituições de Ensino Superior. Na Região Sul, que
6 compreende os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a coordenação do trabalho
7 está sob responsabilidade da Dra. Rosália Borges, que realiza o acompanhamento e a articulação das
8 ações na região. Ressaltou que cada uma das regiões brasileiras possui uma coordenação própria para
9 conduzir esse processo. Destacou especialmente a reunião realizada nos dias 26 e 27, ocasião em que
10 o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul foi muito bem recebido. Observou que o
11 Conselho foi o único Conselho Estadual de Educação representado naquele encontro, que reunia
12 participantes dos três Estados da Região Sul. Segundo os relatos apresentados durante a reunião, os
13 Conselhos dos demais Estados têm participado de maneira ainda bastante esporádica das discussões
14 relacionadas à implementação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Enfermagem. Explicou
15 que a reunião teve como principal objetivo possibilitar que cada região apresentasse suas percepções,
16 dificuldades e demandas, especialmente aquelas enfrentadas pelas instituições de Ensino Superior
17 que integram o projeto e ofertam cursos de graduação em Enfermagem, tanto na modalidade de
18 bacharelado quanto em outras formações previstas. A proposta busca identificar os principais
19 gargalos e desafios para a implementação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, que
20 apresentam diferenças importantes em relação às diretrizes anteriores e estabelecem requisitos mais
21 rigorosos em diversos aspectos da formação. Entre os pontos de maior atenção, destacou as exigências
22 relacionadas à carga horária e ao prazo estabelecido para a implementação das novas diretrizes, que
23 deverá ocorrer até junho de 2028. Dessa forma, as instituições de Ensino Superior dispõem de
24 aproximadamente dois anos para realizar os ajustes necessários em seus projetos pedagógicos e
25 matrizes curriculares. Esse processo poderá envolver ampliação de carga horária, reorganização e
26 redistribuição de componentes curriculares ao longo da matriz e, consequentemente, impactos na
27 organização do trabalho docente. Trata-se, portanto, de uma mudança que não se restringe à estrutura
28 curricular, mas envolve também questões relacionadas ao corpo docente, à organização institucional
29 e às condições necessárias para a implementação efetiva das novas diretrizes. Outro aspecto sensível
30 discutido na reunião foi a formação prática e o estágio curricular. As novas diretrizes estabelecem
31 percentuais mínimos para determinadas atividades e exigem uma diversidade de experiências práticas
32 ao longo da formação. Essas exigências buscam assegurar que os estudantes tenham uma formação
33 mais ampla e qualificada, articulando os conhecimentos teóricos às diferentes dimensões da prática
34 profissional. Destacou que todas essas mudanças têm como objetivo contribuir para a melhoria da
35 oferta e da qualidade dos cursos de Enfermagem no país. Explicou que uma das principais
36 justificativas apresentadas pela Associação Brasileira de Enfermagem para a realização do projeto
37 está relacionada à dimensão da força de trabalho da área. O Brasil possui mais de três milhões de
38 trabalhadores na área da saúde, sendo que aproximadamente 35% estão vinculados à Enfermagem.
39 Diante da expressiva participação desses profissionais no sistema de saúde, torna-se fundamental
40 assegurar uma formação de qualidade e condições adequadas para sua atuação. Também observou
41 que a pandemia e os eventos ocorridos nos últimos anos ampliaram significativamente a necessidade
42 de profissionais da área da saúde. Esse cenário provocou, por um lado, a necessidade de ampliar a
43 oferta de formação em Enfermagem e, por outro, reforçou a preocupação com a qualidade dos cursos
44 oferecidos e com as condições de formação desses futuros profissionais. Nesse sentido, ressaltou que
45 a preocupação com a qualidade da formação em Enfermagem não é exclusivamente da Associação
46 Brasileira de Enfermagem. Trata-se também de uma preocupação compartilhada pelo Ministério da
47 Saúde e pelo Ministério da Educação, que apoiam a iniciativa desenvolvida pela ABEN. Ao concluir,
48 a Conselheira destacou que a participação do Conselho Estadual de Educação nesse processo é
49 relevante justamente pela possibilidade de contribuir para o debate, acompanhar os desafios da
50 implementação das novas diretrizes e trazer para o âmbito do colegiado as questões identificadas
51 pelas instituições de Ensino Superior da Região Sul. Considerou, assim, que a reunião técnica
52 representou um espaço importante de escuta, aprendizagem e articulação, permitindo ao Conselho

1 ampliar sua compreensão sobre os impactos das novas Diretrizes Curriculares Nacionais e sobre os
2 desafios que deverão ser enfrentados pelas instituições de Ensino Superior até o prazo estabelecido
3 para sua implementação. A Conselheira deu continuidade à sua manifestação informando que o
4 objetivo do projeto desenvolvido pela Associação Brasileira de Enfermagem é oferecer apoio
5 institucional às graduações em Enfermagem e, posteriormente, também às instituições ofertantes de
6 cursos técnicos. Embora, neste primeiro momento, a iniciativa esteja voltada especificamente à
7 implementação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em Enfermagem, o
8 projeto deverá, em uma segunda etapa, debruçar-se sobre os cursos técnicos da área. Explicou que
9 esse primeiro momento do projeto foi praticamente concluído durante a reunião técnica realizada nos
10 dias 26 e 27. Participaram do encontro representantes de instituições de Ensino Superior públicas e,
11 no caso do Rio Grande do Sul, estiveram presentes oito instituições, além da representação do
12 Conselho Estadual de Educação. Relatou que a atividade teve, inicialmente, a apresentação, pela Dra.
13 Célia, dos propósitos e objetivos do projeto, buscando demonstrar de que forma a Associação
14 Brasileira de Enfermagem poderá assessorar as instituições e contribuir para o enfrentamento das
15 dificuldades encontradas na implementação das novas diretrizes. A intenção é construir ferramentas
16 e estratégias adequadas para apoiar as instituições neste primeiro momento e, posteriormente, ampliar
17 esse trabalho para os cursos técnicos. Explicou que, paralelamente a essa iniciativa, existe uma
18 organização própria em cada Estado da Região Sul por meio dos Fóruns de Escolas Técnicas. No Rio
19 Grande do Sul, assim como em Santa Catarina e no Paraná, esses espaços vêm desenvolvendo uma
20 sistemática de trabalho que também passou a ser objeto de integração e diálogo entre os Estados. A
21 partir do convite recebido, iniciou-se um processo de aproximação com esses fóruns, buscando
22 realizar uma leitura das diferentes realidades existentes em cada Estado. Retomando o
23 desenvolvimento da reunião técnica, explicou que, em um segundo momento, os participantes foram
24 organizados em grupos de trabalho, com a composição dos grupos buscando reunir representantes de
25 diferentes instituições. Cada grupo recebeu um conjunto de artigos das novas Diretrizes Curriculares
26 Nacionais para análise e discussão. Os artigos foram debatidos a partir da realidade das instituições e
27 das dificuldades encontradas no processo de implementação. Entre os principais gargalos
28 identificados, destacou as questões relacionadas à carga horária dos docentes, algumas resistências
29 institucionais às mudanças necessárias para adequação dos cursos às novas diretrizes e as dificuldades
30 enfrentadas pelas instituições de Ensino Superior para inserir os estudantes nos campos de estágio.
31 Ressaltou que a disponibilidade de campos de estágio tem se tornado cada vez mais restrita,
32 constituindo uma dificuldade comum identificada em diferentes instituições. Além desses aspectos,
33 foram apresentados outros detalhamentos e situações específicas que deverão ser considerados no
34 processo de implementação. No segundo dia da reunião, no período da tarde, foi realizada uma grande
35 plenária, na qual os relatores de cada grupo apresentaram os artigos analisados, os principais pontos
36 debatidos e as questões consideradas mais relevantes ou sensíveis para a implementação das novas
37 diretrizes. Também foram apresentadas as dificuldades identificadas pelos grupos, possibilitando a
38 ampliação do debate com todos os participantes. Informou que o material produzido pelos grupos
39 permanecerá sob responsabilidade da Associação Brasileira de Enfermagem até que todos os Estados
40 brasileiros concluam esse mesmo processo de análise. Ao final dessa etapa, prevista para meados de
41 novembro, todo o conjunto de informações, dificuldades e contribuições deverá ser sistematizado em
42 um grande relatório. Esse documento deverá posteriormente ser apresentado ao Conselho Nacional
43 de Educação, ao Ministério da Educação e ao Ministério da Saúde, com o objetivo de contribuir para
44 que o processo de implementação das novas diretrizes possa ocorrer de maneira mais adequada,
45 considerando especialmente o prazo estabelecido para que as instituições de Ensino Superior realizem
46 as adaptações necessárias em seus cursos de Enfermagem. A Conselheira observou que,
47 paralelamente a esse processo, estão em desenvolvimento as novas Diretrizes Curriculares e o novo
48 Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. A expectativa é de que, em meados de dezembro, esses
49 documentos estejam homologados. A partir de então, deverá ser iniciado um trabalho semelhante
50 junto às escolas que ofertam cursos técnicos em Enfermagem, contando também com o apoio previsto
51 no projeto da Associação Brasileira de Enfermagem. Destacou que a intenção é manter uma
52 metodologia baseada na escuta e na contribuição dos diferentes sujeitos envolvidos, buscando apoiar

1 a implementação dos novos documentos e qualificar cada vez mais a formação na área da
2 Enfermagem. Ressaltou que se trata de uma área de extrema importância para toda a sociedade,
3 especialmente porque é justamente nos momentos de maior vulnerabilidade, quando a saúde das
4 pessoas está comprometida, que se evidencia a necessidade de profissionais bem preparados. Nesse
5 sentido, recuperou uma expressão utilizada pela Dra. Célia durante a reunião, segundo a qual é
6 necessário buscar a qualidade do atendimento “no leito hospitalar”. Considerou que esse propósito é
7 relevante e vem somar-se ao trabalho desenvolvido pelo Conselho Estadual de Educação. Na
8 sequência, mencionou o trabalho realizado pelo Fórum das Escolas Técnicas, que promove encontros
9 mensais, geralmente na última semana de cada mês, com a participação das escolas técnicas. Esses
10 encontros possibilitam conhecer as formas de organização das instituições, identificar suas
11 dificuldades e trazer diferentes elementos para o debate. A Conselheira considerou esse movimento
12 particularmente importante para o Conselho Estadual de Educação, por constituir um espaço
13 privilegiado de escuta das escolas. Avaliou que as contribuições apresentadas nesses encontros
14 poderão ser incorporadas às discussões das Comissões do Conselho, permitindo que as perspectivas,
15 os desafios e as angústias vivenciadas pelas instituições sejam consideradas na construção das
16 políticas e normativas educacionais. Destacou, portanto, que se trata de um movimento extremamente
17 relevante, tanto pela possibilidade de articulação entre as instituições quanto pela oportunidade de
18 aproximar o Conselho da realidade vivenciada pelas escolas e pelos cursos de Enfermagem. Ao fazer
19 referência à reunião dos dias 26 e 27, ressaltou que foram dois dias de intenso trabalho, mas destacou
20 especialmente o acolhimento recebido pela equipe da Associação Brasileira de Enfermagem. Relatou
21 que não conhecia anteriormente a instituição e que a reunião foi realizada na própria sede da
22 Associação, espaço que considerou amplo, organizado e marcado por grande respeito à história da
23 entidade. A Conselheira chamou atenção para a galeria de fotografias das presidentes da Associação,
24 destacando que a trajetória da entidade é fortemente marcada pela presença de mulheres. Também
25 mencionou o acervo de equipamentos, publicações e documentos e a forma cuidadosa como a
26 memória institucional está preservada em diferentes espaços da sede. Observou que cada corredor e
27 cada sala carregam elementos da história da Associação, com registros e sinalizações que ajudam a
28 preservar a memória da instituição e a lembrar de onde ela veio, do que construiu ao longo de sua
29 trajetória e de onde pretende chegar. Considerou essa experiência um aprendizado importante e
30 ressaltou o respeito demonstrado pela entidade em relação à sua própria história. Na oportunidade,
31 agradeceu a confiança e a oportunidade de participar desse trabalho, reconhecendo especialmente o
32 apoio da Coordenadora da Comissão, Conselheira Nirlene, e da Presidência do Conselho Estadual de
33 Educação, por terem possibilitado sua participação nessa agenda. Ao tratar dos próximos passos,
34 informou que deverá continuar participando do Fórum das Escolas Técnicas e acompanhando o
35 desenvolvimento do projeto até a conclusão da etapa prevista para os meses de novembro e dezembro.
36 A partir dos resultados desse trabalho, deverá ser definida a continuidade da iniciativa, com foco, na
37 segunda etapa, na implementação das novas diretrizes e normativas relacionadas aos cursos técnicos
38 em Enfermagem. **DATA:** 1º e 2 de setembro de 2026 – Brasília (DF). **EVENTO:** Oficina Técnica
39 Juros por Educação: planejamento e Plano de Aplicação 2027, promovida pela Diretoria de Programa
40 4, Secretaria-Executiva do Ministério da Educação (MEC). Presencial. **PARTICIPANTE:**
41 Conselheira Márcia Sartor Coiro. **Relato da Conselheira Márcia Sartor Coiro:** relatou que o
42 trabalho realizado na tarde do dia 1º e durante todo o dia 2 de setembro teve como tema o Programa
43 Propague, denominado, a partir desse momento, Juros por Educação. Explicou que a iniciativa é
44 financiada pela Fundação Itaú, em parceria com o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho
45 e Desenvolvimento, contando com apoio técnico para sua implementação em âmbito nacional.
46 Destacou que a reunião foi coordenada por uma equipe de cinco integrantes da CETEC, com destaque
47 para Fábio Ibiapina e Ronaldo Rezende, entre outros participantes. Também estiveram presentes três
48 diretores do INEP, diretores e coordenadores, representantes do CEB e integrantes da Fundação Itaú,
49 responsáveis pelo apoio e atendimento aos participantes. A Conselheira considerou importante
50 retomar o significado do Programa Juros por Educação, explicando que se trata de uma política de
51 renegociação das dívidas dos Estados com a União. A partir da renegociação dos juros incidentes
52 sobre essas dívidas, os Estados assumem compromissos de investimento em determinadas áreas,

1 tendo como contrapartida a destinação dos recursos para políticas públicas, com prioridade para ações
2 relacionadas ao cumprimento das metas estabelecidas para a Educação Profissional e Tecnológica.
3 Nesse sentido, ressaltou que as metas do programa estão diretamente relacionadas às metas do Plano
4 Nacional de Educação (PNE) referentes à Educação Profissional e Tecnológica. Destacou, ainda, que
5 o programa não deve ser compreendido apenas como uma iniciativa de abertura de novas vagas, mas
6 como uma oportunidade estratégica para o País alavancar o desenvolvimento de suas diferentes
7 regiões a partir do investimento na juventude brasileira e na formação profissional. Explicou que,
8 para a oficina, foram convocados representantes dos 22 Estados que aderiram ao programa. Cada
9 Estado deveria indicar três responsáveis: o gestor, que atua como ponto focal responsável pelo
10 planejamento; o responsável pela avaliação, encarregado do monitoramento e acompanhamento do
11 processo dentro da Secretaria de Educação; e o gestor do planejamento, responsável pela articulação
12 entre orçamento e planejamento da política educacional. A Conselheira lembrou que a adesão ao
13 programa foi voluntária e esteve vinculada ao processo de renegociação das dívidas públicas dos
14 Estados, tendo como prazo final dezembro de 2025. Ao todo, 22 Estados aderiram à iniciativa, entre
15 eles o Rio Grande do Sul. Ressaltou, entretanto, que a adesão representa apenas o primeiro passo,
16 sendo necessário assegurar a efetiva implementação do programa, considerando sua dimensão, os
17 recursos envolvidos e os objetivos estabelecidos. Nesse contexto, explicou que a oficina teve dois
18 grandes objetivos. O primeiro foi desenvolver uma versão inicial do Plano de Aplicação, cuja
19 execução está prevista a partir de 2027, observando diretrizes de qualidade e equidade fortemente
20 articuladas às metas do Plano Nacional de Educação. O segundo objetivo foi promover um
21 planejamento integrado entre os diferentes órgãos e as Secretarias Estaduais responsáveis pela
22 implementação e pelo monitoramento do programa. Destacou a dimensão e o nível de detalhamento
23 exigido para a elaboração do Plano de Aplicação pelos Estados. Explicou que o planejamento deve
24 chegar à unidade do curso, e não apenas à unidade escolar. Assim, cada curso ofertado pelo conjunto
25 das escolas precisa ser individualmente identificado no plano, considerando, entre outros aspectos, o
26 número de estudantes matriculados, a quantidade de professores, a remuneração dos profissionais, os
27 equipamentos disponíveis e necessários e os subsídios demandados para a execução de cada curso.
28 Considerou que se trata, portanto, de um planejamento bastante detalhado, que deverá ser pactuado
29 com o Ministério da Educação. Todos os elementos que compõem o Plano de Aplicação precisam
30 apresentar coerência e consonância com as expectativas do programa e com as metas do PNE.
31 Posteriormente, a execução dos recursos deverá ser comprovada por meio da prestação de contas.
32 Outro aspecto enfatizado durante a reunião foi a necessidade de rigor no acompanhamento
33 orçamentário e da situação fiscal dos Estados. Tanto o Ministério da Educação quanto a Secretaria
34 do Tesouro Nacional reforçaram a importância de que os Estados observem atentamente a rigidez
35 orçamentária e os limites fiscais ao longo da execução do programa. Também foram destacados os
36 riscos e desafios fiscais que poderão surgir durante a implementação. Ressaltou que, segundo as
37 orientações apresentadas pela CETEC, o programa possui mecanismos de responsabilização mais
38 rigorosos do que outros programas anteriormente implementados. Dessa forma, o descumprimento
39 dos compromissos pactuados poderá gerar consequências significativas para os Estados, inclusive
40 com a necessidade de retomada do pagamento da dívida e a perda dos benefícios relacionados aos
41 investimentos previstos. Destacou especificamente o papel dos Conselhos Estaduais de Educação
42 dentro do Programa Juros por Educação. Avaliou que os Conselhos desempenham uma função
43 fundamental e estratégica na sustentação, no acompanhamento e no controle da execução do
44 programa. Explicou que uma das atribuições importantes do Conselho Estadual de Educação será o
45 acompanhamento e a fiscalização da execução das ações previstas. Ressaltou que o conceito de
46 fiscalização apresentado durante a reunião deve ser compreendido em seu sentido efetivo, e não como
47 uma visita meramente formal ou cordial. Nesse sentido, explicou que a fiscalização deverá ocorrer
48 também por meio de visitas às instituições sem aviso prévio, possibilitando que o Conselho conheça
49 a realidade das escolas no seu cotidiano, observando suas dificuldades, condições, possibilidades e a
50 efetiva execução das ações previstas. Considerou que somente dessa maneira o acompanhamento e a
51 fiscalização poderão cumprir adequadamente sua finalidade. Ressaltou que essa atuação do Conselho
52 se torna ainda mais relevante diante da preocupação central do programa com a qualidade da oferta

1 da Educação Profissional e Tecnológica. O acompanhamento realizado pelo Conselho deverá
2 contribuir para assegurar que os investimentos decorrentes do programa resultem efetivamente em
3 uma oferta qualificada, coerente com as metas pactuadas e capaz de responder às necessidades dos
4 estudantes e dos diferentes territórios. Ao concluir essa parte de sua manifestação, destacou que a
5 participação do Conselho Estadual de Educação no Programa Juros por Educação não se limita ao
6 acompanhamento burocrático da execução. Trata-se de uma responsabilidade institucional e
7 estratégica, que envolve planejamento, monitoramento, fiscalização e compromisso com a qualidade
8 da educação profissional ofertada no Estado. Reforçou, assim, que o Conselho deverá estar atento
9 não apenas à aplicação dos recursos, mas também aos resultados educacionais que serão produzidos
10 a partir desses investimentos, garantindo que a política cumpra sua finalidade de ampliar
11 oportunidades, promover equidade e contribuir para o desenvolvimento do Estado por meio da
12 formação da juventude. Deu continuidade à sua manifestação ressaltando que o Programa Juros por
13 Educação tem como horizonte a contribuição para o desenvolvimento do País e que, para alcançar
14 esse objetivo, os cursos técnicos ofertados pelos Estados precisam assegurar qualidade, tanto em sua
15 estrutura física quanto em todos os elementos necessários ao adequado funcionamento das
16 instituições, incluindo a disponibilidade de docentes, o trabalho pedagógico e os demais recursos
17 necessários à oferta dos cursos. Nesse sentido, destacou a importância da unidade de
18 acompanhamento e controle de cada curso ofertado, como forma de garantir que os investimentos
19 realizados possam efetivamente assegurar condições adequadas de funcionamento. Considerou
20 fundamental que, neste primeiro momento, todos os cursos possam partir de uma base mínima comum
21 de qualidade e equidade, antes de se pensar exclusivamente na ampliação física da rede ou no aumento
22 do número de escolas. Ressaltou que a perspectiva deve ser a de garantir que todos os cursos tenham
23 como ponto de partida a qualidade e a equidade. Segundo ela, essa preocupação gera uma grande
24 expectativa entre os Conselhos Estaduais de Educação, considerando o papel que lhes será atribuído
25 no acompanhamento da execução do programa. Outro aspecto bastante enfatizado durante a reunião
26 foi a responsabilidade dos Conselhos Estaduais de Educação em relação à normatização, ao
27 credenciamento e à autorização de funcionamento dos cursos ofertados pelas instituições. Essa
28 atuação deverá se estender desde os processos de credenciamento e autorização até o
29 acompanhamento e a fiscalização das condições de oferta. Entre os documentos destacados durante
30 a reunião, mencionou os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), que precisam estar efetivamente
31 alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e às normativas estabelecidas pelos Conselhos
32 Estaduais de Educação. Esses documentos deverão também ser considerados no momento da
33 fiscalização, de modo a verificar a correspondência entre o que está formalmente previsto e aquilo
34 que efetivamente é desenvolvido pelas instituições. Avaliou que se trata de um trabalho de grande
35 dimensão, que exigirá uma importante reorganização do próprio Conselho para que as novas
36 atribuições possam ser cumpridas adequadamente. Considerou que será necessário pensar na estrutura
37 e nas condições de trabalho disponíveis para realizar todo o acompanhamento previsto. Nesse
38 contexto, observou que, durante os debates, percebeu ainda mais a importância da estrutura
39 atualmente disponível para o deslocamento e a realização das atividades de acompanhamento,
40 destacando que a disponibilidade de veículo próprio poderá facilitar parte desse trabalho de
41 fiscalização e monitoramento. Ressaltou que o acompanhamento dos planos e o alinhamento das
42 diferentes etapas do processo também estarão diretamente relacionados às atribuições do Conselho
43 Estadual de Educação, exigindo um trabalho permanente de análise e articulação. Na sequência,
44 relatou que, durante o segundo momento da reunião, foram organizadas mesas de trabalho ou mesas
45 temáticas, reunindo representantes de dois Estados em cada grupo. O Rio Grande do Sul participou
46 de uma mesa conjunta com o Estado de Sergipe, representado pela Presidente do Conselho Estadual
47 de Educação daquele Estado, professora Eliane, que enviou um abraço à Presidente do Conselho
48 Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, em razão da convivência e de atividades realizadas
49 anteriormente. Nessas mesas, os Estados puderam apresentar suas respectivas realidades,
50 dificuldades, objetivos, gargalos e possibilidades. O trabalho possibilitou uma ampla troca de
51 experiências e de ideias ao longo de todo o dia 2 de setembro, tanto no período da manhã quanto à
52 tarde. Durante as atividades, houve um rodízio de especialistas do INEP e da CETEC, além de

1 assessores da Fundação Itaú, que participaram das diferentes mesas de trabalho e analisaram partes
2 específicas dos Planos de Aplicação, contribuindo para o esclarecimento das dificuldades
3 apresentadas pelos Estados e para o aperfeiçoamento do planejamento. A Conselheira avaliou
4 positivamente a dinâmica da atividade, destacando que o trabalho foi intenso, mas extremamente
5 produtivo, a ponto de os participantes não perceberem o passar do tempo. Relatou que, ao final, a
6 atividade se estendeu até depois das 17h30, quando foi necessário deslocar-se rapidamente ao
7 aeroporto para o retorno aos respectivos Estados. Em relação ao Rio Grande do Sul, informou que o
8 Estado já havia iniciado anteriormente a elaboração de seu Plano de Aplicação, encontrando-se em
9 processo de planejamento das ações. Destacou que se trata de um trabalho de grande dimensão e
10 elevado nível de detalhamento, sendo que alguns elementos já estavam estruturados. Informou, ainda,
11 que o representante da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), responsável pela
12 área de planejamento, já está integrado ao processo e vem desenvolvendo o trabalho em articulação
13 com os demais integrantes da equipe estadual. A partir desse momento, ressaltou que também se
14 inicia uma etapa importante para o Conselho Estadual de Educação. Explicou que os Estados que
15 ainda não iniciaram o planejamento precisarão fazê-lo rapidamente, considerando os prazos
16 estabelecidos. No caso do Rio Grande do Sul, entretanto, já existe uma organização intersetorial em
17 andamento. Essa equipe intersetorial constitui uma das exigências do programa e deverá envolver
18 diferentes órgãos e áreas do Estado. No Rio Grande do Sul, a composição envolve a Secretaria de
19 Estado da Educação, por meio da SUEPRO, responsável pela Educação Profissional e pelos cursos
20 técnicos; a SPGG, responsável pelo planejamento; um representante do Conselho Estadual de
21 Educação; um representante da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), em razão das questões
22 relacionadas à avaliação, ao acompanhamento e à prestação de contas; e deverá contar também com
23 representante do Tribunal de Contas do Estado. A Conselheira explicou que esse Comitê Intersetorial
24 deverá ser organizado ou consolidado a partir desse momento, tendo como responsabilidade
25 acompanhar o processo de elaboração e execução dos Planos de Aplicação. Ressaltou que, além do
26 elevado nível de detalhamento exigido pelo Plano de Aplicação, existe uma importante interface com
27 o Plano de Ações Articuladas (PAR), com o planejamento do PAR em cada Estado e com os cadastros
28 e informações do SISTEC, sendo necessário que todos esses instrumentos estejam alinhados às metas
29 do Plano Nacional de Educação. Por essa razão, considerou fundamental a existência de um comitê
30 intersetorial capaz de acompanhar não apenas a execução, mas também todo o processo de
31 detalhamento dos planos antes que eles sejam encaminhados ao Ministério da Educação para
32 validação. A Conselheira destacou que será necessário um trabalho conjunto e bastante cuidadoso
33 das diferentes áreas envolvidas, para que os planos sejam adequadamente estruturados e para que não
34 ocorram prejuízos ou inconsistências durante o processo de análise e validação. Retomou, ainda, um
35 dos objetivos quantitativos do programa, ressaltando que, além da expectativa de contribuir para o
36 desenvolvimento brasileiro, existe a meta de alcançar aproximadamente 570 mil matrículas em cursos
37 técnicos. Considerou, entretanto, que a ampliação do número de matrículas somente terá sentido se
38 estiver acompanhada de qualidade e equidade. Nesse sentido, enfatizou que todas as ações previstas
39 no planejamento precisam ser justificadas e estar claramente vinculadas aos objetivos do programa e
40 às metas do Plano Nacional de Educação. Da mesma forma, ressaltou a importância da atuação dos
41 Conselhos Estaduais de Educação nos diferentes momentos do processo, especialmente por meio da
42 normatização, do acompanhamento e da fiscalização. A Conselheira avaliou que se trata, portanto,
43 de um trabalho construído a muitas mãos e que exigirá elevado grau de organização e qualidade.
44 Relatou que, durante a mesa de trabalho da qual participou, foi realizado também um exercício prático
45 sobre as diferentes etapas que deverão compor o Plano de Aplicação. Explicou que esse exercício foi
46 construído por meio de post-its, organizados nos quadros de trabalho. Ao final, os representantes da
47 SUEPRO que participaram da atividade ficaram responsáveis por sistematizar as contribuições,
48 transpondo o conteúdo dos post-its para o documento do plano. A expectativa é de que uma cópia
49 desse material seja disponibilizada aos participantes na semana seguinte. Informou que, tão logo o
50 material esteja disponível, deverá apresentá-lo à Comissão de Educação Profissional e, havendo
51 oportunidade, também ao Plenário do Conselho, para que os demais Conselheiros possam
52 acompanhar com maior profundidade as etapas e os compromissos envolvidos no processo. Ao

1 concluir, a Conselheira reconheceu a grande quantidade de informações envolvidas e explicou que
2 procurou sintetizar os principais aspectos da reunião para possibilitar que o colegiado acompanhasse
3 os desafios que estão sendo colocados ao Estado e, especialmente, ao Conselho Estadual de
4 Educação. Ressaltou que, embora se trate de um trabalho de grande dimensão e que exigirá um
5 esforço significativo de todos os envolvidos, existe também uma oportunidade importante de
6 contribuir para o desenvolvimento do Estado e do País por meio da qualificação da Educação
7 Profissional e Tecnológica. Manifestou a expectativa de que, com os conhecimentos, as condições e
8 os instrumentos atualmente disponíveis, seja possível construir esse processo de maneira
9 democrática, organizada e articulada, reunindo os diferentes órgãos e instituições em torno de um
10 mesmo propósito. Por fim, destacou que o objetivo deve ser realizar um trabalho de excelência,
11 assegurando que os investimentos resultem em qualidade, equidade e melhores oportunidades para a
12 juventude, especialmente para os jovens que dependem da Educação Profissional para ampliar suas
13 possibilidades de formação, inserção profissional e desenvolvimento. **Presidente Fátima Ehler**
14 **consultou os(as) Conselheiros(as) sobre a necessidade da ampliação do tempo da Sessão**
15 **Plenária. Não havendo óbices, foi dada continuidade à Sessão Plenária: 3 – DATA: 2 de**
16 **setembro de 2026. EVENTO:** Reunião Ampliada sobre Educação do Campo, promovida pelo Centro
17 de Apoio Operacional da Educação, Infância e Juventude, do Ministério Público Estadual do Rio
18 Grande do Sul. **PARTICIPANTE:** Conselheira Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher. **Relato da**
19 **Conselheira Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher:** relatou sua participação na reunião realizada
20 a convite das Promotorias de Educação do Ministério Público, cujo objetivo foi promover o diálogo
21 entre o Comitê Estadual da Educação do Campo, o Ministério Público e o Conselho Estadual de
22 Educação sobre a preocupação com o fechamento de escolas do campo no Estado do Rio Grande do
23 Sul. Informou ter assumido o compromisso de trazer ao Plenário o posicionamento do Comitê e a
24 sugestão da Promotora de Justiça, Dra. Cristiane Corrales, no sentido de o Colegiado reavaliar e
25 eventualmente atualizar suas normativas afetas à Educação do Campo. Registrou, também, a
26 manifestação da Procuradoria da Promotoria de Educação de Santa Maria quanto ao questionamento
27 sobre a exigência contida em normativa anterior deste Conselho, a qual previa a manifestação do
28 Ministério Público no processo de fechamento de tais unidades; sobre o ponto, explicou que a
29 exigência de parecer do Ministério Público extrapolava as competências institucionais do órgão. A
30 Conselheira esclareceu aos presentes que a recente publicação da Resolução CEE/RS nº 394
31 extinguiu tal exigência de manifestação prévia. Ressaltou a importância da reunião para consolidar o
32 papel institucional do Conselho e seu compromisso com o diálogo contínuo. Esclareceu aos demais
33 órgãos que muitos dos processos que chegam ao CEE/RS tratam da regularização formal de escolas
34 que já haviam encerrado suas atividades fáticas e matrículas em períodos anteriores. Informou ter
35 reiterado na ocasião que a normativa vigente estabelece a consulta prévia ao Conselho antes do
36 encerramento de unidades e destacou o estreitamento do diálogo com a Secretaria da Educação para
37 que a mantenedora apresente o planejamento de expansão e fechamento de escolas. Sublinhou,
38 contudo, que a decisão final acerca do encerramento é prerrogativa da mantenedora estadual, cabendo
39 ao Conselho zelar pelo cumprimento da legislação, dialogar sobre o planejamento e auxiliar na busca
40 de alternativas que atendam às necessidades das comunidades escolares. **4 – DATA: 03 de setembro**
41 **de 2026 – das 9h às 16h. EVENTO:** Encontro abordando: perspectiva de avaliação em larga escala
42 e formação inclusiva, promovido pela AESUFOPE e ANFOPE. Observação: na ocasião aconteceu a
43 homenagem póstuma ao Membro Benemérito Gabriel Grabowski, que também foi Conselheiro deste
44 Colegiado. **PARTICIPANTE:** Conselheira Eloisa Maria Womer. **Relato da Conselheira Eloisa**
45 **Maria Womer:** registrou ter sido extremamente emocionante a homenagem prestada ao Professor
46 Gabriel, destacando o reconhecimento ao seu legado por aqueles que com ele conviveram, além de
47 referir sua própria assiduidade na leitura das colunas de autoria do homenageado no jornal Extra
48 Classe, do Sinpro/RS.
49 Relatou que, na sequência da homenagem, acompanhou os trabalhos promovidos pela AESUFOPE
50 e pela ANFOPE. Detalhou a realização de painel composto por representante do INEP e docentes da
51 UERGS e da Univates, com abordagem sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
52 (ENADE) e o Exame Nacional da Docência, abrangendo o resgate histórico da avaliação, suas

alterações metodológicas e as perspectivas futuras. Sublinhou a apresentação de dados sobre os cursos presenciais e a modalidade a distância (EAD), ressaltando a relevância dessas reflexões para embasar a regulamentação da formação de educadores(as). No período da tarde, a Conselheira informou que foram apresentadas experiências acadêmicas e comunitárias vinculadas aos exames, com relatos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), do IFSul/Campus Pelotas e da Univates, reafirmando a importância de espaços de debate para o aprimoramento de políticas públicas de formação docente e a garantia da qualidade da educação no país. Destacou a comemoração coletiva pela aprovação no Senado Federal do Projeto de Lei que consolida o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) como política de Estado, aguardando a sanção presidencial, e enfatizou a consistência dos dados e relatos acerca do impacto do programa na formação inicial de professores(as).

Comentário da Conselheira Cláudia Feijó da Silva Fraga: complementou a manifestação da Conselheira Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher, registrando ter participado da reunião mencionada. Relatou a reflexão e a proposta apresentadas pela Dra. Rosângela, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, quanto à possibilidade de a legislação prever a nucleação das escolas do campo. Salientou que a proposta visa a enfrentar as dificuldades estruturais para a manutenção dessas instituições por quem conhece a realidade local, garantindo aos(as) estudantes o direito de permanecer no âmbito da educação do campo por meio de unidades nucleadas. Destacou, ainda, que essa alternativa converge para medida semelhante anteriormente proposta pelo Ministério Público Federal no tocante às escolas indígenas, visando a otimizar a estrutura e o atendimento educacional diante do contingente reduzido de alunos por estabelecimento.

CONVITES, PUBLICAÇÕES E ENCERRAMENTO:

Convites Recebidos: **1** – Recebemos, por e-mail no dia 27 de agosto de 2026, da Escola Técnica Estadual Portão, em Portão, convite para avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes, na 19ª EPET MOSTRA, a realizar-se nos dias 10 e 11 de setembro de 2026. **2** – Recebemos, por e-mail no dia 28 de agosto de 2026, do Centro de Apoio Operacional da Educação, Infância e Juventude do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, convite para proferir palestra no Seminário Estadual da FICAI 4.0: aprendizagem, permanência escolar e trabalho em rede. A realizar-se no dia 29 de setembro de 2026, das 9h às 17h10, no Auditório Mondercil Paulo de Moraes, na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, Praia de Belas, Porto Alegre (RS). **3** – Recebemos, por e-mail no dia 08 de setembro de 2026, da Secretaria Municipal de Novo Hamburgo, convite para a cerimônia de abertura da XIII FEMICTEC – Feira Municipal de Iniciação Científica e Tecnológica, a realizar-se no dia 17 de setembro de 2026, às 9h e a cerimônia de premiação, a ser realizada o dia 19 de setembro de 2026, ambas nos Pavilhões da Fenac.

Publicações Registradas: **1** – **No Diário Oficial da União:** Do dia 8 de setembro de 2026: PORTARIA MEC Nº 701, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026, Ministério da Educação GABINETE DO MINISTRO. Institui o Grupo de Trabalho do Plano Nacional de Educação - GT PNE. DESPACHO MEC DE 3 DE SETEMBRO DE 2026. Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e conforme os fundamentos expostos no Parecer nº 00773/2026/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 25 de agosto de 2026, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, homologo o Parecer CNE/CEB nº 7/2026, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, referente à consulta acerca da interpretação e da aplicação do art. 67 da Lei nº 15.421, de 1º de junho de 2026, e seus reflexos sobre o cumprimento do calendário escolar de 2027, por ocasião da Copa do Mundo Feminina da Fédération Internationale de Football Association - FIFA 2027. LEONARDO OSVALDO BARCHINI ROSA Ministro da Educação.

Comunicações dos Conselheiros/as. Não havendo comunicações por parte dos(as) Conselheiros(as), a **Presidente Fátima Ehlert encerrou** a presente Sessão Plenária e convocou de acordo com o Art. 17, Inciso IV, do Regimento Interno, a próxima, para o dia 16 de setembro de 2026, quarta-feira, às 8h, com transmissão, em tempo real, pelo Canal do CEE/RS, no YouTube. Nada mais havendo a constar, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai por mim assinada.

Patrícia Rodrigues Braunn, Secretária-Geral do CEE/RS